



editorial

Isabel Fernandes

Discorrendo sobre a arte do Bolinhol Vizelense

Ao termo Arte facilmente associámos o trabalho do arquitecto, do pintor, do escultor. Sem grande esforço lembrámo-nos também do trabalho do ourives, do entalhador, do ceramista.

Será difícil que como primeira imagem associada ao termo arte alguém se lembre de imediato da arte culinária. No entanto, é esta arte que nos mantém vivos e fortes e nos acompanha deste a data em que o mundo é mundo. Diz o povo que: «Em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão», assim como é garantido que «pela boca morre o peixe». Estes são apenas dois ditados dos muitos que a sabedoria do nosso povo vai transmitindo de geração em geração e que dão conta da importância da alimentação nas nossas vidas.

É também esta arte, a culinária, que em nós desperta e sensualiza todos os sentidos.

Quem não se lembra dos cheiros da infância? O gostoso perfume de um leite creme queimado, o odor característico de um bolo a tornar-se obra-prima no forno, o cheiro a leite quente numa noite fria de inverno...

Quem não se lembra do travo dos alimentos? A gostosa quentura de uma canja de galinha, o paladar amargo/doce do xarope de limão e mel que em criança nos aliviava a tosse, o sabor inconfundível de um arroz de forno feito em alguidar torto de barro, ou a frase que tanto repetimos: é tão bom que «se derrete na boca»...

Quem não tem, nos ouvidos da memória, o murmurar característico do bacalhau a ser frito em azeite quente, o marulhar de um assado que se retira do forno para avaliar o grau de cozedura, o barulho característico do bater das gemas...

E quantos de nós não gostam de meter a mão na massa, ou não seja esta a melhor forma de se apurar a qualidade da dita.

Esta arte sensual mais do que qualquer outra obriga-nos a utilizar todos os sentidos com que Deus nos criou e, por isso mesmo, é por muitos considerada uma arte divina só acessível a alguns eleitos como é o caso da D. Maria da Conceição da Silva Ferreira, que tão bem confecciona o bolinhol.

E porque de arte se trata e património é, tão património como uma igreja românica, um cálice de prata ou uma pintura quinhentista, em boa hora, se decidiu em Portugal considerar, e cito, «a gastronomia portuguesa como um bem imaterial integrante do património cultural de Portugal». E assim, em letra de forma, publicado em Diário da República (DR N.º 171, Série I-B, de 26 de Julho de 2000), é com orgulho que vejo defender e proteger uma das artes que melhor caracteriza e individualiza qualquer povo – a sua culinária.

Mas, estes manjares divinos que em Portugal se criaram e entre os quais podemos incluir o bolinhol, são a nata de uma arte apenas degustada, nos séculos que antecederam este nosso, pelas classes mais cultas e de maiores posses.

O povo, esse comia frugal, as suas posses não davam para mais, «por causa da pobreza» generalizada que então se vivia (Lameiras 1998: 68). Ilustrativo do que dizemos é a leitura dos inquéritos paroquiais efectuados, no então concelho de Guimarães, em 1842, e no qual há referência às freguesias vizelenses. Inquirido sobre o que se comia na sua paróquia responde o pároco de Santa Maria de Infias: «os alimentos de que usam [os habitantes] é pão de broa, caldo adubado de carne de porco ou azeite. Em dias de abstinência, sardinhas e bacalhau ou o seu feijão afogado» (Lameiras 1998: 358). Pouco diferente é a resposta do pároco de S. Salvador de Tagilde: «os alimentos mais usuais são: pão de milho e mistura de milho miúdo e centeio e de trigo, vinho e azeite, carne de porco e de boi» (Lameiras 1998: 589). Esta frugalidade

EDITORIAL

Discorrendo sobre a arte do Bolinhol Vizelense

♦ Isabel Fernandes

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦ Maria Norberta Amorim

FALANDO DE

PATRIMÓNIO...

♦ Alberto Correia

INICIATIVAS:

• **II Jornadas do Neps
Festas e Romariants
Tradicionais no Portugal
Contemporâneo: Persistência
de práticas e significados
sócio-culturais
21 a 23 de Novembro
de 2002**

NOTÍCIAS:

• **A cidade com o nome de
Guimarães no Brasil
“Algumas notas sobre a
Chapada dos Guimarães”**

• **Mesa-redonda
na Torre do Tombo
“Da genealogia à História da
família”**

• **Tese defendida:
♦ Doutoramento de
Rui Leandro Maia
“O sentido das diferenças.
Migrantes e naturais:
observação de percursos de
vida no Bonfim”**

Discorrendo sobre a arte do Bolinhol Vizelense

forçada pela falta de meios é uma constante pelas quase 90 freguesias que na altura constituíam o termo vimaranense.

Alguns párocos, mais prolixos de verbo, pormenorizam o que então se comia e quando. Conta o de S. Tomé de Abação: «O sustento ordinário é caldo, sardinhas, pão, vinho e alguns dias carne de porco que serve de prato e adubo, e nos mais dias abundam os caldos com unto ou azeite. Outros que têm mais posses comem melhor, como vaca, arroz, peixe, etc., conforme queiram. O pão usual é milhão grosso com pouco centeio» (Lameiras 1998: 30). Acrescenta o seu colega de S. Cristovão de Abação «no dia da lavoura grande, que os lavradores escolhem, [e que] é grande no trabalho e grande para a barriga, (...) há neste dia quatro comidas: desjejuadoiro no começo; às nove horas almoço; ao meio-dia a janta; às três horas a 'belle soupe', vaca cozida, toucinho, carne ou vaca assada, com o seu competente carneiro ou cabrito com o arroz, além disto a boa cabidela dos interiores do carneiro ou cabrito, vinho sem medida» (Lameiras 1998: 22).

É praticamente inexistente a referência a doces nestas descrições da alimentação ordinária na primeira metade do séc. XIX. As excepções são: a paróquia de S. Pedro de Azurém onde para além de se fazer referência ao que comem os jornaleiros e cabaneiros, se informa que «os proprietários, alguns usam também (mas não todos) de almoço de chá com pão de trigo, e algumas vezes doce (...)» (Lameiras 1998: 109); e a paróquia de S. João Baptista de Penselo onde ao descrever-se a alimentação dos mais abastados, «os que têm mais para isso» (Lameiras 1998: 44), se informa que «ao jantar» comem «creme, arroz doce de príncipe, letria, boas queimadas de fio, manjar de diferentes qualidades (...)» (Lameiras 1998: 444).

A última referência a doces neste interessante inquérito paroquial às freguesias é dado pelo padre de S. Salvador do Souto que, ao falar dos cortiços de abelhas diz haver tão poucos que o mel «não chega para os formigos da véspera de Natal, prato favorito destes povos em tal noite» (Lameiras 1998: 582).

Note-se também que entre as várias profissões assinaladas neste inquérito oitocentista apenas existe referência a uma única doceira, vivendo em Santa Maria de Airão.

Se, como parece comprovar este inquérito oitocentista, o povo não comia ou pouco doce comia, como se explica a riqueza da nossa doçaria regional? A arte doceira, sendo uma «arte divina», estava circunscrita às casas de famílias abastadas e ao silêncio dos conventos femininos.

Se nos limitarmos a analisar o concelho vimaranense, verificámos que as referências a doces provêm quase todas do convento feminino de Santa Clara, que se albergava no edifício que hoje ocupa a Câmara Municipal de Guimarães, do Convento das Dominicais e do Recolhimento das Trinas (Relatório 1991: 248). Tempos houve em que as freiras de Santa Clara, de mãos delicadas e hábeis, dedicavam mais tempo à confecção de doces do que ao diálogo com o Divino tendo por isso sido admoestadas, em 1724, pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (Guimarães 1892: 203). Do belo edifício do convento saíam para as mãos dos que podiam pagar ou daqueles a quem as freiras deviam obséquios: pessegada, perada e marmelada; massapães; confeitos; morcelas doces; arroz doce; toucinho do céu e tortas (Guimarães 1892: 200-204).

E, é bom referir que, na Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, as duas últimas superiores de Santa Clara apresentaram, toucinho do céu, marmelada, colandro e laranja (Guimarães 1892: 203; Relatório 1991: 247-248) e que a primeira referência escrita que temos ao pão de ló (bolinhol) aparece também nesta exposição, sendo produzido pela D. Maria dos Prazeres Ribeiro Varandas, da Rua do Retiro (Relatório 1991: 116-117).

No «Jornal do Comércio», de Lisboa, ao referirem-se aos doces expostos na «Exposição Industrial de Guimarães» diz-se que sendo «terra de conventos e freiras, a industria de doçaria teve uma tal prosperidade, que estabeleceu e sustentou durante muitos anos abundante comércio com Inglaterra», acrescentando «o pão de ló exposto, dizem os provadores está bem feito. Era porém no recolhimento das Trinas, que se fabricava o melhor pão de ló, que disputava competências ao afamado pão de ló de Margaride (Felgueiras)» (Relatório 1991: 117).

E assim entramos no tema que aqui pretendemos tratar – o bolinhol, que a D. Maria da Conceição da Silva Ferreira, tão bem produz na confeitaria Kibom, em Vizela.

Este pão de ló coberto, o bolinhol, é uma antiga receita de família, com a idade provecta de três gerações.

A história do bolinhol e desta laboriosa família é sugestivamente descrita pelos autores do livro «O pão de ló de Vizela, a arte da doçaria e D. Maria da Conceição da Silva Ferreira» (OLIVEIRA; SALGADO 2001).

Não me peçam para vos contar em pormenor do que fala o livro, o melhor que têm a fazer é lê-lo, de preferência enquanto degustam uma fatia de bolinhol devidamente cortada como nos ensina a D. Maria da Conceição (OLIVEIRA; SALGADO 2001: 33).

E se acaso este deambular por tanta iguaria ainda nos vos satisfaz o apetite sugiro que experimentem, em vossas casas e pelas vossas mãos, as diversas receitas que a D. Maria da Conceição de forma simpática e altruísta nos ensina. Começa-se por aprender, como não podia deixar de ser, a fazer o pão-de-ló coberto de Vizela (Bolinhol), a que se segue o pão-de-ló de amêndoa, o bolo-rei, o toucinho do céu, os fios de ovos, os queques amanteigados, o rolo-pudim de laranja, a sopa dourada, os doces instantâneos, as rabanadas de ovo sem fritura, as tentações, os sidónios finos, o rocambole salgado, terminando com um licor de tangerina.

Não gostaria de terminar este longo arrazoado, sem daqui lançar um repto ao jovem município vizelense – desenvolvam a vossa terra, construam com qualidade casas e escolas, hospitais e sedes de junta, mas nunca se esqueçam deste património efémero (na medida em que se faz para se desfazer sendo comido), que é a vossa gastronomia e apoiem sempre acções como estas.

Diz António Sérgio, parafraseando André de Gouveia, «não quero as pedras vivas para as pedras mortas das 'obras', mas sim as pedras mortas para as pedras vivas humanas. As técnicas para os homens, e não os homens para as técnicas» (Sérgio 1974: 129-130).

Mais importante do que as pedras mortas das construções são as pedras vivas de que são feitos os homens e a sua cultura, nomeadamente a gastronomia.

Bibliografia: GUIMARÃES, João Gomes Oliveira – O Convento de Santa Clara de Guimarães. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 6:1 (Jan.- Mar. 1892) 5-29; 9:4 (Set.-Dez. 1892) 187-208; 10:1 (Jan.-Mar. 1893) 5-29; LAMEIRAS, Alberto – Inquérito paroquial de 1842. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 108 (1998) 9-644; OLIVEIRA, Eduardo Pires de, e SALGADO, Maria de Fátima – O pão-de-ló de Vizela: a arte da doçaria de D. Maria da Conceição da Silva Ferreira. Vizela: Pastelaria Kibom, 2001; RELATÓRIO da Exposição Industrial de Guimarães em 1884. Edição facsimilada da de 1884. Guimarães: Muralha. Associação de Guimarães para a defesa do património, 1991; SÉRGIO, António – Cartas do Terceiro Homem. In *Democracia*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1974. •

História das populações e expressões museológicas

O caso dos baleeiros da Calheta de Nesquim, ilha do Pico

No seu Relatório de 1857 o esclarecido Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, António José Vieira Santa Rita, destinava um capítulo especial à pesca da baleia:

Entendia então que a indústria da pesca da baleia poderia ser de muito proveito para o distrito da Horta:

O embarque de gente da baía da Horta não é unicamente para o Brasil e Estados Unidos da América; a maior parte dos rapazes que têm robustez para o trabalho procura embarcar nas baleeiras americanas que vêm refrescar neste porto.

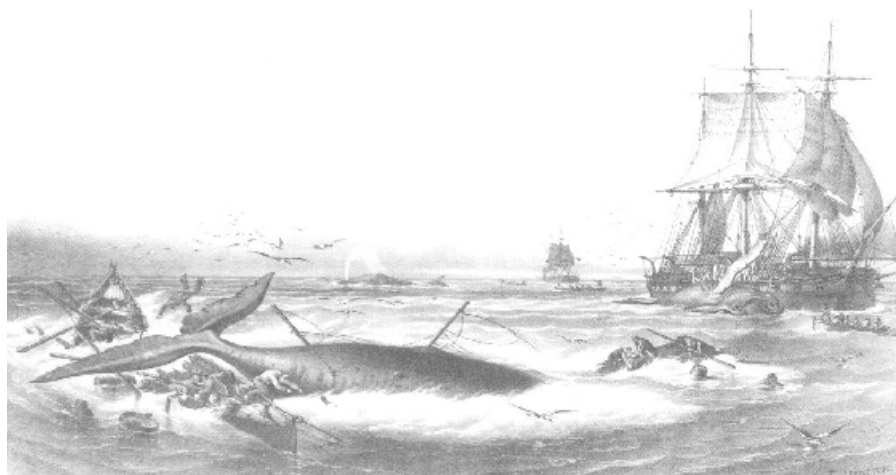
A estatística de três anos, de Janeiro de 1854 a Dezembro de 1856, dá uma saída de 402 mancebos com este destino; e a do ano de 1857 apresenta uma cifra de 176 (...).¹

A mocidade deste arquipélago, embarcando continuamente nas baleeiras americanas, e isto há muitos anos, tem-se adestrado na pesca da baleia (...). Grande parte deles volta novamente à pátria. (...) Parecia pois natural que os capitães deste distrito se dedicassem a esta indústria, a fim de se duplicarem com proveito próprio e de todo o país.

Embora não de imediato, a indústria da baleia introduziu-se no Pico, ilha onde viria a ter o seu maior fulgor.

A primeira empresa baleeira do Pico formalmente constituída (na freguesia de S. João havia-se iniciada a actividade, mas sem registo formal), teria escritura datada de 28 de Abril de 1876 e tinha como sócios dois cidadãos americanos residentes na Horta e um outro, o capitão Anselmo da Silveira e Silva, naturalizado americano e natural e residente na Calheta de Nesquim. Os primeiros comprometiam-se a fornecer uma canoa aprestada para a faina e o último comprometia-se a assumir o mando da canoa, arranjar trancador e marinheiros devidamente habilitados². Esse seria o início de um século de baleação na freguesia da Calheta de Nesquim. No imaginário desta comunidade esse século aparece como o século identificador, o período de maior afirmação das suas

O embarque de gente da baía da Horta não é unicamente para o Brasil e Estados Unidos da América; a maior parte dos rapazes que têm robustez para o trabalho procura embarcar nas baleeiras americanas que vêm refrescar neste porto.



História das populações e expressões museológicas

gentes. A mais pequena freguesia do concelho batia-se no mar de igual para igual com Lajes e com Ribeiras, como se de um jogo de alto risco se tratasse. Amigos em terra, no mar rivais. A arte, a perícia, a força, a inteligência, tinham oportunidade de se expressar de forma consequente.

O entendimento mesmo que limitado do investigador universitário por esta extraordinária cultura baleeira, pode ter consequências em termos de apoio a essa identificação, recorrendo à História da Comunidade e à Técnica Museológica.

Sobre a Calheta de Nesquim dispomos de uma base de dados paroquial em que se encontram identificados todos os residentes, em encadeamento genealógico, desde a criação da freguesia na terceira década do século XVIII, por desdobramento da grande freguesia da Piedade, até finais do século XX.

Para o período do início da baleação, dispomos também de um Mapa da Matriz Predial da freguesia, organizado na conformidade do artigo 108º do regulamento de 25 de Agosto de 1881, contendo por ordem alfabética, os nomes e moradas dos contribuintes inscritos na matriz predial da freguesia, e o rendimento colectável total dos prédios que cada um nela possuía. Possuímos ainda uma lista de eleitores para o ano de 1884, em que são indicadas as correspondentes idades, residências, contribuições prediais e industriais e profissões.

Para o mesmo ano de 1884 tivemos acesso ainda a estatísticas de produções e consumos, a nível de freguesia, para todas as quatro ilhas do ex-distrito da Horta.

A freguesia da Calheta de Nesquim era no início da baleação uma das cinco freguesias que então integravam o concelho das Lajes, enquadrada de um lado pela freguesia das Ribeiras e do outro pela freguesia da Piedade, à qual havia antes pertencido.

Em 1884 tinha 1175 habitantes, sendo 464 do sexo masculino e 711 do sexo feminino, o que dá uma relação de masculinidade de apenas 65 homens para 100 mulheres. É uma das proporções mais baixas da ilha, que contava então, em média, 74 homens em cada 100 mulheres, num total de 25818 habitantes. A mobilidade diferencial, afastando os rapazes para outros destinos, particularmente para as baleeiras e para os Estados Unidos, reflectia-se também no número reduzido de habitantes por fogo, apenas 2,9 habitantes, bem abaixo dos 3,6 calculados para a ilha.

A cultura do milho, batatas, inhames, alguma vinha junto à costa, a criação de gado e a pesca ocupavam no período os homens úteis da freguesia. Na Calheta como em toda a ilha não se produzia trigo e milho suficientes para o consumo e a necessidade de importação dos produtos básicos era premente. Se relacionarmos a produção e consumo por habitante reparamos que na Calheta se produzia 12,77 litros de trigo e se consumiam 63,83 litros (na ilha a relação era de 7,67 para 73,81). No que respeita ao milho a produção na Calheta era de 74,89 litros para 170,21 litros de consumo (na ilha a relação correspondente era de 54,08 para 165,70).

A cultura do milho, batatas, inhames, alguma vinha junto à costa, a criação de gado e a pesca ocupavam no período os homens úteis da freguesia. Na Calheta como em toda a ilha não se produzia trigo e milho suficientes para o consumo e a necessidade de importação dos produtos básicos era premente.

História das populações e expressões museológicas

Embora a Calheta fosse das freguesias que mais cereal produzia, pelo Mapa da sua Matriz Predial, constatamos que uma parte importante dos seus terrenos produtivos não estava na posse de residentes.

A modéstia dos rendimentos colectáveis dos habitantes da freguesia levava-os a procurarem no mar e nas indústrias domésticas a cargo das mulheres, principalmente no tratamento da lã, uma sobrevivência que a terra não lhes dava.

De facto, dos 186 homens, chefes de família, identificados no mapa da matriz predial de 1884 e na lista de eleitores do mesmo ano, 45 eram marítimos, o que equivale a 24%, uma percentagem importante no contexto da ilha. Identificados como agricultores temos 99 (53%), como pastores, 32 (17%), sendo os restantes 6% correspondentes a actividades como o de sapateiro, carpinteiro, alfaiate, professor e padre.

Da totalidade do rendimento colectável referido na matriz predial da freguesia, um só proprietário, natural e residente na vila das Lajes, tinha um décimo do rendimento total. Muitos outros proprietários residiam na Piedade e alguns nas Ribeiras, e embora se tratasse de pequenos proprietários, somavam 13% desse rendimento. Assim, os habitantes da Calheta desfrutavam apenas de 77% do espaço produtivo da sua freguesia, com desníveis importantes no seu seio. Assim, enquanto a média de rendimento dos pastores se colocava nos 21\$760 réis, a apontar para a importância da criação de gado vacum nas pastagens do alto, o dos agricultores era de 8\$019 réis e a dos marítimos descia a 5\$477 réis. O grupo mais desfavorecido da população, o dos marítimos, tornados baleeiros, viria a ser o grupo identificador, cuja memória hoje a freguesia quer preservar.

A Calheta acarinha hoje como heróis os seus baleeiros, pendura fotografias suas nas paredes da casa dos botes, conserva os botes, as lanchas, em convivência com a vitrine de taças ganhas nas regatas do nosso tempo.

Mas a memória da baleação vai ficando sucessivamente mais pobre com a morte de cada velho baleeiro. A estátua do Capitão Anselmo poderá permanecer no escadório da Igreja, as fotografias poderão continuar penduradas na casa dos botes, o bote baleeiro, considerado o barco mais elegante e mais perfeito de quantos cruzaram os mares, pode conservar-se, mas a eficácia da mensagem pode perder-se.

Museologizar neste contexto implica investigação científica e técnica específica. •

Mas a memória da baleação vai ficando sucessivamente mais pobre com a morte de cada velho baleeiro.

1 Nestes números não estavam incluídos os mancebos nem das Flores nem do Corvo. Apenas Faial e Pico.

2 Ermelindo Ávila, *Figuras & Factos. Notas Históricas*, Câmara Municipal das Lajes do Pico, 1993, p. 121.

Calheta de Nesquim –núcleo museológico baleeiro: Memórias de olhar, ouvir e sentir.

Na Calheta de Nesquim os homens e as mulheres que ali habitaram e ainda habitam foram, quase todos, como já foi dito, camponeses, pastores, homens do mar.

Durante um século, pouco mais, desde o ano de 1876 em que o capitão Anselmo Silveira da Silva lançou o primeiro bote baleeiro ao mar até à boca dos anos 80 do século XX, a Calheta de Nesquim foi terra e mar de baleeiros.

A terra, por esse tempo, mais não era, para muitos, no sentir, senão o pano de fundo, o cenário de um teatro de actividades que tinham lugar em termos de epopéia com os monstros bíblicos como às vezes lhe chamam, os gigantescos cetáceos comumente designados por baleias.

A terra era lugar provisório de baleeiros mesmo quando eles cuidavam das vinhas, da apanha do milho ou de outras artes. Tudo abandonavam quando o foguete lançado pelo vigia rebentava anunciando ao longe baleia solitária ou em cardume.

Nem o jeito de ser mulher escapava a esta modulação de vida e ela corria também e sempre até ao cais atirando sobre a borda da canoa um saco magro de alimento para a jornada do seu homem de quem se mantinha solidária e companheira de medos e de esperanças.

Da luta que havia no grande mar, entre os homens e a baleia, só eles eram participantes e narradores em noites livres para o serão ou em horas de modorra, no cais fronteiro à Casa dos botes. No geral eram humildes no seu contar como se fora banal quanto se passava de aventura e de imprevisto.

Quando, sobre o cais, se estendiam os corpos inermes das baleias, quando, dia e noite, o fogo ardia, intenso, no traiol e as caldeiras e as culas se enchiam com o precioso óleo, a comunidade decerto interiorizava o imenso gesto de alguns dos seus membros e os marinheiros, numa qualquer hora de descanso para limpar o suor sonhariam então com o dinheiro da soldada que chegaria ao findar do ano como era esse costume de contas antigas. Nem pensavam que porventura não responderia à justeza do seu trabalho. Só uma vez se deram conta dos erros das contas que lhes faziam. Mas queixaram-se em vão.

Quando, um dia, os homens não puderam voltar ao mar devido aos estragos dos anos ou quando uma lei vinda do alto determinou, com suas razões, suspender a captura das baleias, podia ter sido como um findar de mundo, mas não foi, mesmo que as canoas tivessem ficado varadas por um tempo, ficasse apagado o fogo do traiol e tivesse enferrujado ao ar livre o caldeirão gigante de derreter como metáfora formidável de um século lá dentro guardado com todas as memórias.

Na alma de uma comunidade continuava viva a alma dos baleeiros. Só que era preciso encontrar-lhe um corpo para ela morar.

A terra, por
esse tempo,
mais não era,
para muitos, no
sentir, senão o
pano de fundo,
o cenário de um
teatro de
actividades que
tinham lugar em
termos de
epopéia com os
monstros
bíblicos como às
vezes lhe
chamam, os
gigantescos
cetáceos
comumente
designados por
baleias.

Memórias de olhar, ouvir e sentir.

É aqui que nasce o Núcleo Museológico Baleeiro da Calheta de Nesquim.

Não é mais um “museu” desta mítica ilha de baleeiros, o Pico, onde existem, suficientes e eficazes, o Museu Baleeiro das Lages do Pico e o Museu da Indústria Baleeira de S. Roque.

É apenas um espaço de memória, um espaço de afectividade profunda que a Calheta de Nesquim merece e quer e começou já a levantar, projecto iniciático ainda incarnado pela Junta de Freguesia, ancorada no apoio da Câmara Municipal das Lages do Pico e que eu interpreto como um conjunto de memórias para olhar, ouvir e sentir, uma série integrada de elementos materiais e imateriais identificadores da comunidade baleeira.

Nessas memórias de olhar incluo, como lugar polarizador, a ampla casa dos botes, valência essencial enquanto instrumento de recolha dos botes e sua palamenta, enquanto espaço de reunião e confiança, agora também espaço físico e abrigo possível de uma actividade pedagógica, lúdica e administrativa.

Outro singular documento são os botes ou canoas baleeiras que os construtores de barcos do Pico aprenderam a desenhar como obra-prima. E a palamenta singular feita à medida dos homens, ajustada tão só à sua coragem e aos sinais dos ventos e do mar, constituída pelas velas e mastro da canoa, os arpões, a lança e o espeide, o croque, o machado, o queique de água doce, as celhas com muitas milhas de linha, às vezes uma lanterna de sinais e uma bússola.

Vem depois a lancha Medina como paradigma de tantas outras lanchas que poupavam as forças dos remadores e faziam a viagem mais ligeira ou traziam as canoas num regresso feliz arrastando a baleia morta.

Na margem do cais um caldeirão de derreter armado sobre o traiol evocará o cansativo labor de transformar em óleo o corpanzil

Para olhar ainda há os retratos de marinheiros, de oficiais, de trancadores, de armadores e construtores navais, galeria singular de “lobos de mar”, alguns, de humílimos participantes de uma gesta que a comunidade entende guardar como património.



Memórias de olhar, ouvir e sentir.

da baleia.

Mais longe, a arquitectura das vigias permanecerá como lembrança de um trabalho solitário, feito de inteligência e astúcia e com um forte sentido de equipe.

Para olhar ainda há os retratos de marinheiros, de oficiais, de trancadores, de armadores e construtores navais, galeria singular de “lobos de mar”, alguns, de humildes participantes de uma gesta que a comunidade entende guardar como património. E as suas vidas e as vidas de seus pais e de avós reconstituídas com a solidez de uma ciência chamada Demografia Histórica, que reconstitui no universo da paróquia os traços inteiros do viver comunitário, os passos pelas ruas que percorreram, as casas que habitaram, os campos de cultivo se tiveram, os amores, todo o correr do tempo entre o nascer e o morrer e até o jeito da mortalha e o número de missas de encomenda como bem de alma.

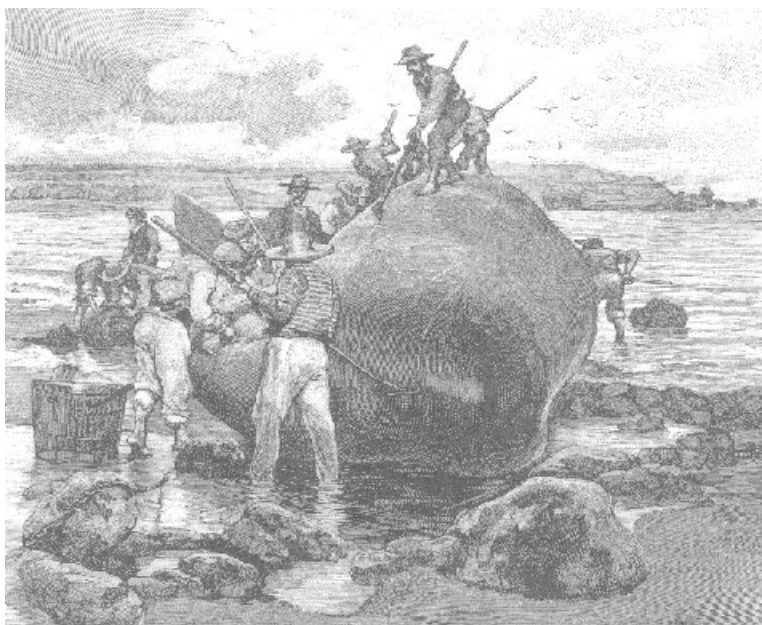
Memórias de ouvir, o “museu” pode guardá-las. Histórias de vidas passíveis de registar ainda, contos, lendas, um imaginário fecundo que povoa o universo da paróquia, algumas já postas em letras de forma, efabuladas ou não, pouco importa.

Memórias de sentir. Todas são memórias de sentir. Porque é na afectividade que todas se suportam.

É este sentir que leva a gente mais jovem a soltar, às vezes, os botes sobre o mar, soltando assim uma alma antiga de marinheiros e a navegar em regatas inventando com os seus gestos festivos e simbólicos os gestos de todos os baleeiros.

Este núcleo museológico feito só com o amor da gente contará bem pouco dos mais de 100 anos de uma história. Mas cumprir-se-á junto dos habitantes da Calheta de Nesquim, junto de seus filhos em regresso da diáspora, junto de todos nós, visitantes alguma vez. •

Este núcleo
museológico
feito só com o
amor da gente
contará bem
pouco dos mais
de 100 anos de
uma história.
Mas cumprir-se-á
junto dos
habitantes da
Calheta de
Nesquim, junto
de seus filhos
em regresso da
diáspora, junto
de todos nós,
visitantes algu-
ma vez.



II Jornadas do Neps, 21 a 23 de Novembro

Festas e romarias tradicionais no Portugal Contemporâneo: Persistência de práticas e significados sócio-culturais

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade prepara as suas Segundas *Jornadas*, que serão subordinadas ao tema *Festas e Romarias Tradicionais no Portugal Contemporâneo: Persistência de práticas e significados sócio-culturais*, que terão lugar em Guimarães, no Campus de Azurém da Universidade do Minho, entre 21 e 23 de Novembro de 2002, esperando-se que se constitua num fórum de reflexão e debate aberto à participação de todos os interessados.

1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Esta iniciativa vem na continuidade das I Jornadas do NEPS, *Comportamentos Demográficos, População e Sociedade*, realizadas em Novembro de 1999, centradas em problemáticas mais ou menos clássicas do campo da Demografia e da História das Populações.

Estas II Jornadas surgem mais directamente de necessidades e interesses de pesquisa relacionadas com o trabalho e orientação da investigação no âmbito dos Cursos de Especialização e Mestrado de Património e Turismo. Mas fazem também apelo a todos os investigadores que se interessem pelo tema ou temas adjacentes, designadamente alunos e docentes do Mestrado de Demografia e História das Populações, do Mestrado de História das Instituições, para além de outros cursos de História e Ciências Sociais da Universidade do Minho e outras instituições de ensino universitário e superior, nacionais e estrangeiros.

Visa-se aprofundar e diversificar o trabalho persistente de pesquisa interdisciplinar por vocação e esforçada experiência, que tem



caracterizado a regular actividade científica do NEPS, esforçando-se, à partida, por alargar o debate e o esforço de síntese à área de Património e Turismo, nessa medida, se abrindo, para lá da Demografia, da História, da Sociologia e da Antropologia, a novos domínios das Ciências Sociais e Humanas, designadamente a Psicologia Social, os Estudos das Religiões, a Etno-história, a Sociologia Histórica, os Estudos Culturais, etc.

Procura-se, em cooperação e debate alargado:

- ♦ estudar, nos mais diversos campos e sob diferentes pontos de vista, festas e romarias tradicionais portuguesas, particularmente as que se mantêm vivas na sua realização cíclica;
- ♦ pesquisar, inventariar e ajudar a reunir e preservar fontes e documentos de todo o tipo necessários ao seu estudo renovado;
- ♦ compreender *lógicas informais*

da vida actual que lhe andam associadas; reflectir sobre o problema da compreensão e comunicação intercultural;

- ♦ revitalizar sob novos quadros conceptuais, antigos objectos de estudo e identificar e delimitar a necessária produção de novos;
- ♦ discutir questões teóricas e metodológicas que temas como estes, de particular dificuldade, por exemplo para a história, suscitam.

As II Jornadas do Neps terão como convidado de honra, com presença a confirmar, Clifford Geertz, um dos mais importantes cientistas sociais do nosso tempo. Professor emérito do IAS (Institut for Advanced Study) Princeton, é autor de importantes trabalhos de pesquisa etnográfica extensiva designadamente no Sudoeste Asiático e no Norte de África, do ponto de vista teórico contribui decisivamente para a viragem dos estudos antropológicos no sentido dos diversos "frames of meaning" da vida dos povos. Trabalhou a religião, particularmente no Islão, o negócio de bazar, o desenvolvimento económico nas estruturas tradicionais e na vida das famílias e das comunidades locais.

2. ASPECTOS DE ORGANIZAÇÃO

A inscrição é gratuita para estudantes e autores de comunicações aceites pela Comissão Científica das Jornadas; para os demais participantes o valor da inscrição é de 45 euros.

Os títulos e resumos (máximo 450 caracteres) das comunicações a apresentar devem ser enviadas à Comissão Organizadora das Jornadas até ao dia 15 de Outubro. Os textos das comunicações aceites não deverão exceder 15 a 20 páginas (em word, tamanho

II Jornadas do Neps, 21 a 23 de Novembro**Festas e romarias tradicionais no Portugal Contemporâneo:
Persistência de Práticas e Significados sócio-culturais**

de letra 12, espaço entre linhas 1,5) devem ser entregues (em suporte de papel e digital) até ao limite máximo de 15 de Novembro, sendo o prazo de entrega das versões definitivas, 31 de Dezembro.

Todas as sessões de trabalho decorrerão nas instalações da Universidade do Minho, Azurém Guimarães, decorrendo os almoços em local próximo dos trabalhos (a indicar oportunamente). Informações sobre possibilidades e condições de alojamento e transportes serão atempadamente comunicadas a todos os inscritos. •

COMISSÃO CIENTÍFICA

Professora Doutora Maria Norberta Amorim
Professor Doutor Luís Poloanah
Doutora Antonieta Costa
Doutor João Sanches
Doutora Maria Otília Pereira Lage

COMISSÃO ORGANIZADORA

Doutora Antonieta Costa
Doutor João Sanches
Doutora Maria Otília Pereira Lage

SECRETARIADO

Dr^a Elisabete Pinto
Isabel Salgado
Daniel Freitas
Natália Silva
Sónia Fernandes
Vítor Oliveira

INFORMAÇÕES

- ♦ **Núcleo de Estudos de População e Sociedade**
Universidade do Minho,
Pólo de Azurém
4800-058 Guimarães
- ♦ Telefone/Fax:
253510187
- ♦ e-mail:
neps@neps.ics.uminho.pt

II JORNADAS DO NEPS**FESTAS E ROMARIAS TRADICIONAIS
NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO:****Persistência de Práticas e Significados sócio-culturais**

21, 22 e 23 de Novembro de 2002
UNIVERSIDADE DO MINHO
CAMPUS DE AZURÉM
GUIMARÃES

PROGRAMA PROVISÓRIO**Dia 21 de Novembro (Quinta)**

9h30: Entrega da Documentação

10h00: Abertura Oficial

10h30: **Conferência Inaugural pelo Prof. Clifford Geertz**

10h45: Pausa para café

11h00: 1ª Sessão de Trabalho

Festas, festividades e romarias: Estruturas comunitárias e mudança socio-cultural

13h00: Almoço

14h30: Abertura de Feira do Livro especializada; Apresentação de Posters; Sessões multimédia (vídeos, etc.)

15h00 – 1º Painel:

Festividades : *quadros de sentido*

16h00: Programa Cultural

Visita ao Centro Histórico, património artístico cultural documental e paisagístico de Guimarães

Dia 22 de Novembro (Sexta)

9h30: 2ª Sessão de Trabalho

Crenças, Lugares Sagrados e Peregrinações: origens e migrações.

10h45: Pausa para café

11h00: 3ª Sessão de Trabalho

**Eros e Tanatos:
Etno-história e História Recente da cultura popular**

13h: Almoço

14h30: 2º Painel:

Novos objectos e novas metodologias de Investigação (ex. as festas de S. João na Europa; Festas, Romarias Emigrantes e Casamentos)

15h30: Programa sócio-cultural

Magusto (festas de S. Martinho)
Actuação de uma Banda, Rancho Folclórico e Grupo de Música Popular

Dia 23 de Novembro (Sábado)

9h30: 3º Painel:

Festas e Romarias portuguesas em Projecto:

- ♦ Arquivos e Museus etnográficos e de história oral;
- ♦ Produção de um Banco de Dados;
- ♦ Criação de Observatório de práticas para o desenvolvimento do nosso Património e Turismo Cultural.
- 11h45: Pausa para café
- 12h00: Síntese das Sessões de Trabalho. Conclusões e Recomendações das Jornadas.
- 12h30: Sessão Oficial de Encerramento
- 13h00: Almoço de Confraternização

A cidade brasileira que tomou o nome de Guimarães **Algumas notas sobre a Chapada dos Guimarães**

Em 1769, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Capitão-Mor das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, no Brasil, ordenou que se executasse uma carta régia de 1758, que estabelecia “que todas as aldeias de índios, e mais estabelecimentos neste Continente se denominem com os nomes correspondentes às cidades, vilas e lugares de Portugal”. Várias povoações brasileiras foram rebaptizadas com nomes de localidades portuguesas. Entre elas encontrava-se a vila da Chapada de Santana, que se passou a designar Chapada dos Guimarães (actualmente conhecida por Chapada dos Guimarães). Situada no centro geodésico da América do Sul, a Chapada dos Guimarães ostenta uma paisagem fantástica carregada de misticismo (segundo as antigas profecias de um padre italiano, Dom Bosco, este seria um lugar de grande concentração de energia).

Durante o século XVI, quando a região era habitada por índios Caiapós, Guaicurus, Bororós e Paiaguás, os bandeirantes paulistas dirigiram-se para o sertão do Mato Grosso em busca de novas riquezas. Juntamente com um governador português, nomeado pela rainha D. Maria, em 1751, aportaram na região os primeiros jesuítas. Na primeira Missão, dirigida pelo padre Estêvão de Castro e instalada na Aldeia Velha, a alguns quilómetros da Chapada, foi construída a igreja de Nossa Senhora de Santana. Essa Missão, que abrigava os índios da região, inclusive Mochos e Chiquitos, da Bolívia, foi abandonada por motivo da expulsão dos jesuítas, em 1759. Ao redor da igreja, mais tarde reconstruída noutro lugar, cresceu a vila da Chapada de Santana.

Antônio de Almeida Lara, explorador e sesmeiro, pertencente à bandeira de Pascoal Moreira Cabral, introduziu a cana-de-açúcar e o trabalho escravo na área conhecida por Chapada de Cuiabá, mandando seis canoas buscar mudas na região de São Paulo. A fazenda do Engenho Buriti ou Burity Monjolinho, assentada por ele, ficou famosa pela produção de uma cachaça milagrosa, transformada no único remédio para os abatidos pela malária e outras doenças. Diziam que tão logo os moradores tomavam a cachaça, a cara de defunto desaparecia num instante.

Embora a Coroa Portuguesa proibisse assentamentos na região, o encerramento da passagem do rio Paraguai, entre 1731 e 1737, pelos índios Paiaguás confederados com os Guaicurus, impedindo o abastecimento feito pelas monções, provocou o assentamento de várias fazendas clandestinas. A estrada ligando Cuiabá a Goiás Velho, construída também em desobediência às ordens de Portugal, facilitou a chegada das primeiras cabeças de gado. A instalação de muitos engenhos de açúcar transformou a Chapada num importante centro de abastecimento da região, justificando até a construção de uma ferrovia ligando a região da Lagoinha, no interior da Chapada, até Cuiabá.

A Chapada, com pouco mais de 1.000 habitantes, entrou na mais profunda decadência, após as mortes na guerra do Paraguai, onde os soldados também foram atingidos pela varíola. Além disso, a abolição da escravidão esvaziou as plantações de cana e os imigrantes europeus revelavam dificuldade de adaptação, espantados com o clima, as doenças e os mosquitos. Por essa época, os presbiterianos norte-americanos compraram a fazenda Buriti e instalaram a primeira missão evangélica do Brasil Central, estabelecendo, em 1923, a Escola Evangélica do Buriti, que ainda hoje funciona como colégio técnico agrícola.

Mais tarde, a Chapada pareceu reanimar-se com o início da mecanização da lavoura e a expansão da pecuária, estimulando a construção da rodovia asfaltada entre Cuiabá e Chapada, com a chegada do telefone e da televisão, interligando a Chapada com o mundo, e com a expansão populacional, chegando a mais ou menos 12.000 habitantes, distribuídos entre a zona rural e urbana. Em Abril de 1989, parte da Chapada foi transformada em Parque Nacional com uma área de aproximadamente 33 mil hectares. •

PATRIMÓNIO

A cidade e suas casas

O estilo barroco colonial é presente em todas as construções que ainda resistem ao tempo, datadas dos séculos XVII e XVIII, espalhadas pela cidade de Chapada dos Guimarães. As cumeeiras saem do centro, deslocadas para a frente. As paredes são de adobe, tijolos feitos de barro amassado, muitas vezes, misturado com estrume e cascalho. Pedras encaixadas dão forma aos alicerces. Os pisos são de chão batido com terra de cupinzeiro ou feitos com “mesanelas”, espécie de tijolo quadrado. As janelas e portas, com beirais de troncos grossos, lisas por dentro, são fechadas com trancas de travessão. As telhas de barro amassado eram moldadas nas coxas dos escravos.



Igreja Nossa Senhora de Santana do Sacramento

Construída por escravos em 1779, em estilo barroco, possui o altar pintado a ouro ainda conservado. Localizada na Praça Wunibaldo, na cidade de Chapada dos Guimarães.

Cachoeira do Véu da Noiva

Cartão postal da Chapada, a Cachoeira do Véu da Noiva, formada pelo Rio Coxipó, possui 86m de queda num imenso vale aberto no arenito, todo cercado por vegetação.

O Morro de São Jerónimo

No meio das serras, destaca-se o Morro de São Jerónimo. Ponto mais alto do parque, oferece uma vista fantástica da região. Lendas e crenças giram em torno dele. Muitos dizem que ali é ponto de aterragem de discos voadores. Outros afirmam ser o Morro povoado de duendes e gnomos. Até a origem do seu nome, ligada às orações feitas

A cidade brasileira que tomou o nome de Guimarães **Algumas notas sobre a Chapada dos Guimarães**

pelos bandeirantes a Santa Bárbara e a São Jerônimo, para amainar as tempestades que, através daquele morro, disparavam raios e trovões, vem acompanhada de mistérios, sustos e medos.

Caverna Aroe Jari e Lagoa Azul

Considerada uma das maiores cavernas de arenito do Brasil, com aproximadamente 1.400m de comprimento, a caverna Aroe Jari tem suas visitas controladas pelo IPECA, uma ONG da Chapada, que desenvolve um projecto de educação ambiental. Em seu interior existem diversas cachoeiras além da Lagoa Azul, uma piscina natural de água azul cristalina que se reflecte nas paredes.



O homem pré-histórico deixou muitos vestígios de sua passagem pela caverna, preservados nos locais abrigados de erosão. Com certeza, os Bororós e Caiapós, habitantes da Chapada, utilizaram-na como pernoite durante suas caçadas ou quando saíam à procura de ervas medicinais, abundantes na área. Quando a caminho de Cuiabá, os tropeiros utilizaram-na como pouso e garimpeiros, parece que se instalaram nela quando andaram por lá à procura de ouro e diamantes.

Cidade de Pedra

Formações rochosas esculpidas pelo vento e pela chuva, lembrando ruínas de uma cidade, em um desfiladeiro formado por paredões de 350m de altura

Caminho das Pedras

Altar de Pedra, Pedra Furada, Chapéu de Sol, Totem, Mesa dos Sacríficos e a Pedra do Jacaré, com pequenos fósseis marinhos, são intrigantes e curiosas formações rochosas naturais de

Bando pelo qual se denominão as Aldeas dos Indios na conformidade das reaes ordens, com nomes correspondentes aos lugares do Reyno etc.

Luiz Pinto de Souza Coutinho do Conselho de Sua Magestade, Governador e Capitão General das Capitánias de Mato Grosso e Cuyabá etc.

Porquanto sendo expressas as ordens de Sua Magestade, expedidas na Carta regia de 8 de Ag.^{to} de 1758 dirigida ao Conde de Azambuja meu Predecessor, para que todas as Aldeas de Indios, e mais estabelecimentos neste Continente se denominem com os nomes correspondentes às Cidades, Villas e lugares de Portugal, de sorte que hajão de mostrar no mesmo appellido o immediato Dominio da Coroa a quem pertencem: E constandome positivamente por outra parte que às referidas ordens se não tem dado ate agora a divida execução: sou servido ordenar que daqui em diante se não denominem nas Cartas, ou Escripturas passadas nesta Capitania as referidas Aldeas pertencentes a este Estado se não na maneira seguinte; a saber: O novo estabelecimento dos Pamas na Cachoeira do Girão = Lugar de Balsemão =: a Fortaleza da Conceição= Forte de Bragança = A Aldea de S. João = Lugar de Lamego = O estabelecimento das Pedras = Destacamento de Palmella = A Aldeã de S. Joseph = Lugar de Leomil = E de Aldea de S.^{ta} Anna no destruido de Cuyabá = Lugar de Guimarães =: Ficando sendo Padroeiros e Protectores das referidas Povoações os mesmos Santos de que havião tomado a invocação.

E para que venha noticia de todos mandei passar este Bando por mim assignado e sellado com o signete de minhas Armas; o qual se lançará a som de caixa, e se afixará nas Casas de minha residencia, registando-se na secretar.^a. E nas mais partes aonde pertencer. Villa Bella 14 de Março de 1769. O secretario do Governo Manoel Cardoso da Cunha o fez./

Luís Pinto de Souza Cout.^o
Manoel Cardoso da Cunha

arenito que parecem se equilibrar misteriosamente durante o percurso de 5km que formam o Caminho das Pedras. Aí também se encontra o Mirante do Morro de São Jerônimo com linda vista para a Planície Pantaneira, além do Cogumelo de Pedra, sítio arqueológico com pinturas pré-históricas.

A Casa de Pedra e o Caminho das Águas

O rio Sete de Setembro forma uma caverna de arenito chamada Casa de Pedra que já serviu como cenário de abertura para uma novela da TV Globo e compõe uma sequência de cachoeiras chamada de Caminho das Águas. Entre as cachoeiras, estão as do Sonrisal, da Andorinha e do Pulo.

A Salgadeira

O córrego da Salgadeira, um dos antigos caminhos de tropeiros, fica na parte baixa dos contrafortes da

Chapada. Nesse trecho, pouso das tropas que demandavam do sul, os viajantes charqueavam (salgavam e secava ao sol) a carne do gado abatido, abastecendo as mulas de carga, para retomar a caminhada. Como para fazer o charque, a carne é exposta ao sol para secar, depois de bem salgada, o lugar ficou com o nome de Salgadeira.

Portão do Inferno

Mirante na beira da rodovia proporcionando a vista da Cidade de Pedra. Conta-se que se você parar o carro em ponto morto na subida da serra, antes da curva do Portão, ele sobe em vez de descer.

Existem diversas outras atrações: cachoeiras da Martinha e do Pingador, Paredão do Eco, Mirante da Geodésia e Fazenda Xaraés. ●

Provas de doutoramento de Rui Maia**O sentido das diferenças
Migrantes e naturais**

Em Fevereiro de 2002, prestou provas públicas de doutoramento o investigador do Neps Rui Leandro Alves da Costa Maia. Licenciado em Ciências Históricas e Mestre em História das Populações, Rui Maia defendeu uma dissertação do ramo de Sociologia, da área de conhecimento de Sociologia e Metodologias Fundamentais, com o título *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*, onde se debruça sobre a problemática das migrações e da mobilidade social naquela freguesia do concelho do Porto.

O Júri foi presidido pelo Vice-Reitor da Universidade do Minho, Professor Doutor Victor Aguiar e Silva, em representação do Reitor, tendo como vogais os professores Maria Beatriz Rocha Trindade, da Universidade Aberta, que foi arguente, os professores da Universidade do Minho Aníbal Augusto Alves, Manuel da Silva e Costa, Maria Norberta Bettencourt Amorim e Albertino José Ribeiro Gonçalves, da Universidade do Minho e o professor João Arriscado Nunes, da Universidade de Coimbra.

No seu processo de investigação, desenvolvido sobre orientação do Professor Albertino José Ribeiro Gonçalves, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Rui Maia observou percursos e comportamentos de migrantes radicados num espaço específico da cidade do Porto, a paróquia do Bonfim, procurando avaliar o impacto da mobilidade geográfica na mobilidade social, a partir de um conjunto de observações e de descrições. Na construção do seu trabalho, o investigador procedeu à associação de dados quantitativos, provenientes dos registos paroquiais de casamento e de um inquérito por questionário por ele aplicado, com elementos qualitativos recolhidos de uma série de entrevistas semi-directivas, tendo como objectivo a compreensão global e de pormenor em relação às grandes questões que tratou: origens geográficas, formas e tempos de casamento, condição sócio-económica, suportes à fixação na cidade, contactos com as terras de origem.

Ao longo do seu trabalho, o investigador procurou estabelecer a comparação de comportamentos entre migrantes e naturais do espaço urbano, com o sentido de se perceber não apenas as diferenças ou as aproximações de comportamentos mas também os papéis desempenhados pelos migrantes em relação ao espaço e à sociedade em que se inseriam e, ao mesmo tempo, de se perceber como é que os seus percursos anteriores ligados aos espaços de origem se relacionam com situações e com comportamentos na cidade.

Este estudo de caso tem por suporte uma revisão bibliográfica alargada, procurando chamar a atenção para a necessidade de se abordar as migrações numa perspectiva de interacção de sistemas sociais, tendo por preocupação a observação de percursos de vida e o conhecimento em relação ao funcionamento das redes de relações sociais, não apenas enquanto mecanismos de inserção dos migrantes na cidade mas também como processo de ligação permanente entre espaços e sociedades a que os mesmos se encontram mais ou menos relacionados.

No decurso das provas, além da arguente e do candidato, intervieram os professores Albertino Gonçalves, Norberta Amorim e Arriscado Nunes, que teceram considerações elogiosas ao trabalho que estava em apreciação.

O novo doutor foi aprovado por unanimidade. •

Mesa-redonda
na Torre do Tombo**Da Genealogia à
História da Família**

Organizado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, e moderado por Robert Rowland, Professor Catedrático do ISCTE, realizou-se naquela instituição, em 23 de Maio de 2002, uma mesa-redonda na qual os especialistas debateram o tema "Da Genealogia à História da Família". Do programa que antecedeu o debate, constavam as seguintes comunicações, cujos textos serão brevemente editados pelo IAN/TT:

♦A Genealogia em Portugal, pelo **Dr. Luís F. Marques da Gama**, Técnico Ass. Principal do IAN/TT e autor de extensa bibliografia sobre genealogia.

♦Da Genealogia à História da Família, o contributo da demografia histórica, pela **Prof. Doutora Norberta Amorim**, da Universidade do Minho. Coordenadora do NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade), com Extensa bibliografia sobre Demografia Histórica e História da Família.

♦Diferenças Metodológicas na História da Família, pela **Prof. Doutora Maria Beatriz Nizza de Silva**, da Universidade Portucalense, Universidade Autónoma de Lisboa, e da Universidade de Salamanca autora de vários estudos sobre a História da Família no Brasil colonial.

♦Os Registos Paroquiais e Cíveis, como fonte na História Social: uma experiência de pesquisa sobre o Bairro de Alcântara, em Lisboa, pelo **Dr. Frédéric Vidal**, do Centro de História Contemporânea do ISCTE e doutorando em História Social.

♦Fundos Paroquiais no Arquivo Distrital de Viseu, pela **Dr.ª Maria das Dores Henriques**, Directora do Arquivo Distrital de Viseu, com colaboração em obras sobre Arquivística e História Social.

♦Fundos Eclesiásticos: fontes para o estudo da Família e do Património, pela **Dr.ª Maria de Fátima Ó Ramos**, Técnica Superior Principal do IAN/TT, Coordenadora do Inventário de documentos da Cúria Patriarcal e dos Mosteiros da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, com colaboração em Inventários publicados. •



ASSOCIAÇÃO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Qualquer pessoa interessada em pertencer à Associação de Demografia Histórica / Asociación de Demografía Histórica (ADEH) pode preencher a seguinte ficha de inscrição e remetê-la para:

**Asociación de Demografía Histórica
Facultad de Ciencias Políticas y Sociología
Dpto. Sociología II.
Universidad Complutense de Madrid
Campus de Somosaguas. 28223 Madrid -
España.**

E-Mail: adeh@cps.ucm.es

Solicitámos encarecidamente a todos os sócios que passem a domiciliar o pagamento da quota anual, uma vez que esse procedimento facilita o processo de cobrança. No caso de pretender utilizar outro meio de pagamento, recomenda-se o recurso a transferência bancária, em vez de cheque.

Para proceder à domiciliação da quota deverá preencher-se a correspondente ficha, destacando a parte inferior, que deverá ser entregue no Banco do sócio. A parte superior da ficha deverá ser remetida à ADEH, juntamente com a folha de inscrição.

No caso de pagamento por outro meio, pode fazer-se através da seguinte conta da ADEH em Portugal:

**Asociación de Demografía Histórica
Banco Espírito Santo
Dep.ª da Av. de Berna
Conta: 024 / 27718 / 000.4
NIB: 0007.0024.00277180004.11**

QUOTAS

Quota anual para residentes em Espanha e Portugal

Tipo de quota	Quota (euros)
Estudante	30,00 €
Profissionais	36,00 €
Instituições	39,00 €

Quota anual para residentes em outros países

Tipo de quota	Quota \$	Quota €
Sócios de outros países	48 \$ USA	53,26 €
Instituições de outros países	60 \$ USA	66,59 €

Quota anual conjunta ADEH - SIDES - SDH

Tipo de quota	Quota €
Conjunta	81,00 €

FICHA DE INSCRIÇÃO



Nome: _____

Apelidos: _____

Endereço Profissional: _____

Código Postal: _____ - _____ Localidade: _____

País: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Correio Electrónico (E-Mail): _____

Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Localidade: _____

País: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Correio Electrónico (E-Mail): _____

Título académico: _____

Áreas de Trabalho - Investigação:

1) _____

2) _____

3) _____

Tipo de Quota: _____

FICHA PARA DOMICILIAÇÃO DA QUOTA ANUAL DA ADEH

Para enviar à Associação de Demografia Histórica / Asociación de Demografía Histórica (ADEH):

_____, _____ de _____ de 2002.

Ex.mos Senhores:

Venho solicitar que, a partir desta data e até instruções em sentido contrário, procedam à liquidação dos recibos anuais que lhes sejam apresentados pela Associação de Demografia Histórica / Asociación de Demografía Histórica em nome de _____, que serão depositados na Conta: 024 / 27718 / 000.4, do Banco Espírito Santo, Dep.ª da Av. de Berna. Av. 5 de Outubro, 164-A, 1050-058 Lisboa.

Atentamente,

Assinatura: _____

Dados do Sócio:

Nome e Apelidos: _____

Banco: _____

Morada: _____

Nº de Conta: _____



Ficha para domiciliação da quota anual da ADEH (para entregar no banco do sócio):

Ao Banco: _____ Data: _____ de _____ de 2002.

Ex.mos Senhores:

Venho solicitar que, a partir desta data e até instruções em sentido contrário, procedam à liquidação dos recibos anuais que lhes sejam apresentados pela Associação de Demografia Histórica / Asociación de Demografía Histórica em nome de _____, que serão depositados na Conta: 024 / 27718 / 000.4, do Banco Espírito Santo, Dep.ª da Av. de Berna. Av. 5 de Outubro, 164-A, 1050-058 Lisboa.

Assinatura: _____ N.º de Conta: _____

ficha de actualização bibliográfica

neps

Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo.

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

AMORIM, Maria Norberta, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 800\$00 / 8,98 €]

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00 / 6,23 €]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.^a Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população - 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00 / 14,96 €]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça - Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00 / 14,96 €]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00 / 14,96 €]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00 / 8,98 €]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00 / 14,96 €]

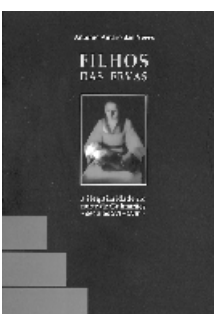
SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 800\$00 / 18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



Boletim Informativo nº 23 ■ Maio de 2002

PUBLICAÇÃO DO:
**NÚCLEO DE ESTUDOS
DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE**
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:

Maria Norberta Amorim

EDITOR:

António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTA NÚMERO:

**Maria Norberta Amorim, Alberto
Correia, Isabel Fernandes,
Elisabete Pinto,
António Amaro das Neves**

SECRETARIADO:

**Isabel Salgado, Daniel Freitas,
Fátima Dias, Natália Silva, Sónia
Fernandes, Vítor Oliveira**

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos
de População e Sociedade
Universidade do Minho,
Pólo de Azurém
4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:
253510187

♦ e-mail:

neps@neps.ics.uminho.pt

♦ Mailing list:

• endereço:

neps_uminho@egroups.com

• subscrição:

neps-uminho-subscribe@egroups.com

♦ URL:

www.eng.uminho.pt/~neps

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.